Graduação em Direito
Disciplina: Questões de Gênero: Espaço, Voz e Poder
Carga horária: 60h
Professoras-autoras: Ligia Paula Pinto Pires Sica & Luciana de Oliveira Ramos
Professora-tutora: Marcia Londero
Semestre: 2 Ano: 2017

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Este curso trata de aspectos práticos e conceituais das desigualdades de gênero e da valorização da diversidade nas instituições democráticas, levando em consideração o contexto mais amplo de voz e representatividade.

Por meio de metodologias participativas de ensino, as(os) estudantes são chamados a debater questões de gênero em diversos ambientes (do trabalho, das instituições formais de poder e da universidade), estimulando a capacidade de questionamento de valores e padrões impostos pela sociedade.

Com o intuito de identificar e melhor compreender cenários de desigualdade de gênero, este curso pretende, primordialmente: (i) sensibilizar sobre o tema; (ii) despertar as(os) alunas(os) para uma reflexão qualificada e (iii) desenvolver nelas(es) a competência de construir soluções para redução dessas desigualdades, por meio de políticas públicas e privadas, a fim de proporcionar a todas as pessoas as mesmas oportunidades de desenvolvimento de suas capacidades.

Objetivos

- Compreender o papel da cultura e das instituições na mudança social;
- apropriar-se de referenciais teóricos que questionem os papéis sociais de homens e mulheres, bem como dos que tratem do reconhecimento de direitos e da redistribuição de espaços de poder e tomada de decisão;
- desenvolver a capacidade crítica, por meio da desconstrução de certos paradigmas ocidentais contemporâneos e da contestação dos padrões sociais impostos, e
- desenvolver a capacidade analítica do estudante, fomentando sua competência propositiva para pensar soluções para os problemas de desigualdade e discriminação de gênero apresentados frente aos contextos específicos abordados pela disciplina.

Público-alvo

O curso se destina a alunos e alunas de todos os cursos de graduação oferecidos pela Fundação Getulio Vargas que tenham interesse em compreender as complexidades das relações sociais envolvendo a temática do gênero.

Conteúdo programático

Data	Conteúdo programático	Observações
	Módulo 1 – Conceitos para um debate	
	Unidade 1 – Conceito de gênero: ▪ evolução do conceito de gênero; ▪ sexo e gênero; ▪ Naturalismo, Construtivismo e Essencialismo, e ▪ relação.	
	Unidade 2 – Mulher, feminino e feminismos: ▪ o conceito de patriarcado; ▪ estereótipos de gênero; ▪ feminismos e ▪ feminismo no Brasil.	
	Unidade 3 – Gênero e desigualdades: ▪ dados sobre desigualdade de gêneros; ▪ igualdade e equidade; ▪ meritocracia; ▪ violência como consequência dos estereótipos e ▪ importância das políticas públicas para mulheres.	
	Unidade 4 – Organização social, desigualdades e violência de gênero: ▪ patriarcado, dominação masculina e opressão; ▪ violência de gênero; ▪ violência doméstica, e ▪ violência e interseccionalidade: raça, orientação sexual e identidade de gênero.	
	Unidade 5 – EMPODERAMENTO COMO RESPOSTA DA SOCIEDADE ▪ o modelo de capacidades; ▪ conceito de empoderamento e ▪ empoderamento financeiro.	
	Módulo 2 – Gênero e mercado de trabalho	
	Unidade 1 – Mulheres e o mercado de trabalho: contexto histórico e produção teórica: ▪ o mito da imparcialidade; ▪ contexto histórico do ingresso da mulher no mercado de trabalho; ▪ a divisão sexual do trabalho; ▪ modelos de relações entre esferas doméstica e profissional, e ▪ o processo de feminização das profissões.	
	Unidade 2 – Sub-representação das mulheres nos ambientes corporativos: ▪ o *script* sexuado; ▪ o *glass ceiling* e conceitos correlatos, e ▪ teorias de vieses cognitivos.	

	Unidade 3 – Assédio: ▪ O que é assédio sexual no ambiente de trabalho? Definições, legislação aplicável, antecedentes e consequências desse tipo de prática; ▪ noções de assédio; ▪ Quais são os antecedentes da prática de assédio sexual no ambiente corporativo? ▪ Quais são as consequências individuais da prática de assédio sexual no ambiente corporativo? ▪ Quais são as consequências organizacionais da prática de assédio sexual no ambiente corporativo? ▪ Qual a responsabilidade da empresa perante essa postura?	
	Unidade 4 – Soluções privadas e públicas: ▪ Como ampliar a presença de mulheres em cargos de liderança nas empresas? ▪ diagnósticos sobre a presença das mulheres em cargos de liderança; ▪ algumas causas da sub-representação e ▪ soluções para a sub-representação no mercado de trabalho.	
	A1	Avaliação presencial de acordo com o calendário acadêmico da Escola FGV Direito-SP.
	<u>Módulo 3 – Gênero nas instituições formais de poder</u>	
	Unidade 1 – Representação, poder e democracia: ▪ conceitos de representação; ▪ representação política e ▪ a relação entre gênero, poder e representação.	
	Unidade 2 – A representação de gênero nas Casas Legislativas e suas implicações: ▪ a participação das mulheres nas Casas legislativas: conformando o problema; ▪ presença feminina; ▪ causas da sub-representação; ▪ o sistema eleitoral; ▪ os partidos políticos e o recrutamento eleitoral; ▪ as campanhas eleitorais; ▪ o desenho da política de quotas eleitorais de gênero e ▪ soluções elaboradas para minimizar a sub-representação.	
	Unidade 3 – O Poder Executivo e a desigualdade de gênero: ▪ representação de gênero nas Casas Legislativas; ▪ representação feminina no Poder Executivo; ▪ Por que a ausência de mulheres em ministérios ou secretarias de Estado é problemática para a democracia?	

	Unidade 4 – Gênero e profissionalismo nas instituições de justiça: ▪ gênero e profissionalismo nas profissões jurídicas; ▪ conformação do problema e ▪ Profissionalismo e gênero: uma explicação?	
	Módulo 4 – Mulheres na universidade: representação, juventude e violência	
	Unidade 1 – Desigualdade de gênero na sala de aula: ▪ exposição de um problema e ▪ relação entre gênero, poder e universidade.	
	Unidade 2 – Gênero e carreira docente: ▪ ingresso da mulher na universidade; ▪ desigualdade de gênero no ambiente acadêmico; ▪ bolsas de estudo por nível acadêmico (âmbito nacional) e ▪ bolsas de estudo por nível acadêmico (âmbito internacional).	
	Unidade 3 – Violência na universidade: ▪ a violência contra a mulher na universidade e ▪ a violência contra a mulher no ambiente universitário no cenário internacional.	
	A2	Avaliação presencial de acordo com o calendário acadêmico da Escola FGV Direito-SP.
	AS	Avaliação presencial de acordo com o calendário acadêmico da Escola FGV Direito-SP.

Critérios de avaliação

A avaliação formal da disciplina será composta de um conjunto de instrumentos, a saber:

- participação individual (PI) – participação nos fóruns e nas reuniões *on-line* (ROLs), previstos no calendário;
- realização e entrega das atividades individuais (AI) – questões discursivas a serem trabalhadas *off-line* e entregues de acordo com as datas do calendário;
- prova presencial – prova escrita a ser realizada de acordo com a data prevista no calendário.

Composição da nota do aluno

A disciplina Questões de Gênero, Espaço, Voz e Poder *on-line* segue o mesmo calendário do curso presencial. Dessa forma, há previsão de formação das notas A1 e A2.

Nota A1

A nota A1 será composta da participação individual (PI) na primeira ROL (reunião *on-line* 1), previamente agendada no calendário acadêmico, da participação na sala de aula virtual (fórum de discussões), das entregas das atividades individuais (AI) e da realização da prova presencial 1 (P1).

Observe:

PI = 10 pontos;
AI = 10 pontos;
P1 = 10 pontos.

Fórmula da A1:
A1 = (AI1 * 0,3) + (PI1 * 0,1) + (P1 * 0,6)

Nota A2

A nota A2 será composta da participação individual (PI) na segunda ROL (reunião *on-line* 2), previamente agendada no calendário acadêmico, da participação na sala de aula virtual (fórum de discussões), das entregas das atividades individuais (AI) e da realização da prova presencial 2 (P2).

Observe:

PI = 10 pontos;
AI = 10 pontos;
P1 = 10 pontos.

Fórmula da A2:
A2 = (AI2 * 0,3) + (PI2 * 0,1) + (P2 * 0,6)

Prova presencial

A disciplina terá duas provas presenciais obrigatórias como parte integrante da média final. As datas serão previamente marcadas no calendário acadêmico, assim como a prova substitutiva (AS).

Nota final

A nota final será calculada a partir da média aritmética entre a A1 e a A2.

Fórmula da nota final:
Para aprovação: (A1 + A2)/2 ≥ 6

Para aprovação com AS: [AS + (A1 ou A2)]/2

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ALVES, José E. D. *Mulheres brasileiras perdem posição relativa na política mundial*. Agência Patrícia Galvão, 2014. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/mulheres-brasileiras-perdem-posicao-relativa-na-politica-mundial-por-jose-eustaquio-diniz/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, p. 231-252, 2001.

BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 9, p. 7-38, 2012.

BONELLI, M. G. Profissionalismo, gênero e diferença nas carreiras jurídicas. São Carlos: Edufscar, 2013.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, jun. 2010.

DAHL, Robert A. *On Democracy*. New Haven: Yale University Press, 2000.

HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 225-230, 2001.

DI MICELI, Alexandre; DONAGGIO, Angela; SICA, Ligia P. P. P.; RAMOS, Luciana O. *Women's participation in senior management positions*: gender social relations, law and corporate governance, out. 2014, Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2508929>. Acesso em: 20 jun. 2017.

DONAGGIO, Angela R. F.; RAMOS, Luciana de O. Uniformidade das políticas de cotas para mulheres em altos cargos de gestão. *Brasil Post – The Huffington Post*, 07 mar. 2014. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/angela-donaggio/uniformidade-das-politicas-de-cotas_b_4917809.html>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FINEMAN, Martha A. *The autonomy myth*: a theory of dependency. New York: The New Press, 2004.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação (traduzido). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, mai-ago/2007.

HEWLETT, Sylvia Ann. *Off-ramps and on-ramps*. Boston: Harvard Business School Press, 2007. p. 3-24.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

KANTOR, Jodi. Harvard Business School case study: gender equity. New York Times, 07 set. 2013. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/09/08/education/harvard-case-study-gender-equity.html?pagewanted=all&_r=2>. Acesso em: 20 jun. 2017.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MACKINNON, Catharine A. Toward a new theory of equality. In: MACKINNON, C. A. *Women's lives, men's laws*. Massachusetts Harvard University Press, 2007. p. 44-57.

_____. *Women's lives under men's laws*. Massachusetts: Harvard University Press, 2005. p. 44-57.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". *Revista de Estudos Feministas*, ano 9, p. 253-267, 2001.

MORGADO, Ana Paula Dente Vitelli. *A mulher invisível*: sentidos atribuídos à mulher e ao trabalho na gerencia intermediária. Tese de doutorado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2012. Capítulo Relação trabalho/família, p. 80-91.

PINTO, Céli R. J. Política de Cotas. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 103-106.

PISCITELLI, Adriana. Gênero. A história de um conceito. In: ALMEIDA, H. (Org.). *Diferenças, igualdades*. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B51Tx5Hyx9ZmbkdJMXlRSl9NNDQ/view>. Acesso em: 20 jun. 2017.

RAMOS, Luciana de Oliveira. *Os tribunais eleitorais e a desigualdade de gênero no parlamento*: ampliando ou reduzindo a representação de mulheres na política? Tese de doutorado apresentada para o Departamento de Direito do Estado, Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2015. p. 15-21 e 35-50.

REUTER, Alison A. Subtle but pervasive: discrimination against mothers and pregnant women in the workplace. *Fordham Urban Law Journal*, v. 33, p. 1369, 2006.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012.

SLAUGHTER, Anne-Marie. Why women still can't have It all? *The Atlantic*, 13 jun. 2012. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2012/07/why-women-still-cant-have-it-all/309020/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SICA, Ligia Paula Pires Pinto. Sistema de cotas para mulheres: até tu Merkel? *Edition BR*. 26 jan. 2015. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/ligia-sica/ate-tu-merkel_b_6549162.html>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANGEL, Marina. Women in legal education: what it's like to be part of a perpetual first wave or the case of the disappearing women. *Temp*, v. 61, n. 4, p. 799, 1988.

ARAÚJO, José Estevez. Gênero e Direito. In: FABIANI, Emerson R. (Coord.). *Impasses e aporias do Direito Contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 59-77.

BROWNE, Kingsley R. Sex and temperament in modern society: a darwinian view of the glass ceiling and the gender gap. *Arizona Law Review*, v. 37, p. 971,1995.

BUTLER, Judith. *Gender trouble*. New York: Routledge, 1990.

CARVALHO, Marilia Pinto de. O conceito de gênero no dia a dia da sala de aula. *Revista de Educação Pública*, v. 21, n. 46, p. 401-412, mai-ago/2012.

CELIS, Karen; CHILDS, Sarah; KANTOLA, Johanna et al. Rethinking women's substantive representation. *Representation*, v. 44, n. 2, p. 99-110, 2008.

CHUSED, Richard. The hiring and retention of minorities and women in american law school faculties. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 137, p. 537-569, mar./abr. 1988.

DUNCAN, Susan Saltonstall. *Why aren't there more women leaders and why should firms care?* set. 2012. Disponível em: <http://www.rainmakingoasis.com/wp-content/uploads/2016/08/Why-Arent-There-More-Women-Leaders-and-Why-Should-Firms-Care.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ELY, Robin; STONE, Pamela; AMMERMAN, Colleen. Rethink what you "know" about high-achieving women. *Harvard Business Review*, 2014. Disponível em: <https://hbr.org/2014/12/rethink-what-you-know-about-high-achieving-women>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FISS, Owen M. What is feminism? *Yale Law School*, 1994. Disponível em: <http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2308&context=fss_papers>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FRANCESCHET, Susan; PISCOPO, Jennifer M. Gender quotas and women's substantive representation: lessons from Argentina. *Politics & gender*, v. 4, n. 3, p. 393-425, 2009.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition*: a political-philosophical exchange. New York: Verso, 2003.

GILLIGAN, Carol. *In a different voice*: psychological theory and women's development. Massachusetts: Harvard University Press, 1978.

HTUN, Mala; POWER, Timothy J. Gender, parties, and support for equal rights in the Brazilian Congress. *Latin American Politics and Society*, v. 48, n. 4, p. 83-104, 2006.

KROOK, Mona; CHILDS, Sarah. *Women, gender, and politics*: a reader. New York: Oxford University Press, 2010.

_____; O'BRIEN, Diana Z. The politics of group representation: quotas for women and minorities worldwide. *Comparative politics*, v. 42, n. 3, p. 253-272, 2010.

KUTTNER, Robert. She minds the child, he minds the dog. *New York Times*, 25 jun. 1989. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1989/06/25/books/she-minds-the-child-he-minds-the-dog.html>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MACKINNON, Catharine. From practice to theory, or what is a white woman anyway? In: Diane Bell; Renate Klein (Ed.). *Radically speaking*: feminism reclaimed. North Melbourne: Spinifex Press, 1996. Disponível em: <http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1045&context=yjlf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MANSBRIDGE, Jane. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent 'Yes.' *Journal of Politics*, v. 61, n. 3, p. 628-657, 1999.

MATLAND, Richard. Estrategias para ampliar la participación femenina en el Parlamento. El proceso de selección de candidatos legislativos y los sistemas electorales. In: MONTALVO, M.; BALLINGTON, J. (Ed.). *Mujeres en el Parlamento*: más allá de los números. Estocolmo: IDEA, 2002.

MIGUEL, Luís Felipe. Policy priorities and women's double bind in Brazil. In: FRANCESCHET, Susan; KROOK, Mona Lena; PISCOPO, Jennifer M. *The impact of gender quotas*. New York: Oxford University Press, 2012.

MOORE, Henrietta L. Understanding sex and gender. In: INGOLD, Tim (Ed.). *Companion encyclopedia of Anthropology*: humanity, culture and social life. Londres: Routledge, 1994.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1972.

SACHS, Andrea. Law: a slap at sex stereotypes. The Supreme Court clears the way for discrimination suits. *Revista Time*, maio 1989. Disponível em: <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,957639,00.html>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 70 – revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. Still supermadres? Gender and policy priorities of Latin American legislators. *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 3, p. 570-585, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez. 1986.

SIEGEL, Reva B. The rule of love: wife beating as prerogative and privacy. *Faculty Scholarship Series*. Paper 1092, 1996. Disponível em: <http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2092&context=fss_papers>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SHIU, Patricia et al. Pregnancy discrimination and social change: evolving consciousness about a worker's right to job-protected, paid leave. *Santa Clara Law Digital Commons*, 2009. Disponível em: <http://digitalcommons.law.scu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1084&context=facpubs>. Acesso em: 20 jun. 2017.

TEIXEIRA, Daniel Viana. Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres. *Revista DireitoGV*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 253-274, jan./jun. 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WILLIAMS, Joan; DEMPSEY, Rachel. *What works for women at work*. New York: New York University Press, 2014. p. 1-20.

YOUNG, Cathy; WEISS, Michael. Feminist jurisprudence: equal rights or neo-paternalism? Disponível em: <http://www.cato.org/pubs/pas/pa-256.html>. Acesso em: 20 jun. 2017.

YOUNG, Iris Marion. *The ideal of impartiality and the civic public*. Justice and the politics of difference. Princeton: Princeton University Press, 1990.